

Dispõe sobre a publicação de Extratos de Instrumentos Contratuais no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro por seus Órgãos e Entidades.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO a necessidade de padronização, maior clareza e transparência das informações contidas nas publicações de Extratos Contratuais no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (D.O. Rio);

CONSIDERANDO o disposto no art. 441, do Regimento Geral de Contabilidade e Administração Financeira - RGCAF;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido modelo para publicação de Extratos de Instrumentos Contratuais no D.O. Rio, conforme Anexo.

Art. 2º Cada extrato de contrato corresponderá a uma publicação, não sendo permitido conjugar informações;

Art. 3º Todas as publicações de Extratos de Instrumentos Contratuais deverão ser efetuadas na seção “Publicações a Pedido”.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2022.

MARCELO CALERO

D.O.RIO 10.03.2022

ANEXO
ÓRGÃO/ENTIDADE

(caixa alta, negrito e centralizado)

TIPO DE EXTRATO

(caixa alta, negrito e centralizado)

Processo Instrutivo nº: _____

Contrato / convênio nº: _____

Data da assinatura: _____

Partes: _____

(nome da contratante e contratada / convenente e conveniada)

Objeto: _____

(deverá conter informações detalhadas para identificar com clareza o que se contrata / convênio, informando suas especificações e características completas. Incluir, também, informações como quantidade, tipo, marca, periodicidade, quando for o caso. Quando se referir a aditivos, informar o objeto do aditivo e, também, do contrato neste campo Descrever, ainda, as alterações realizadas, tais como: de valor, prazo e quantidades).

Prazo: _____

(Início e término da vigência do contrato / convênio)

Valor total: _____

(do contrato / do convênio)

Programa de Trabalho: _____

Natureza da Despesa: _____

Nota de Empenho nº: _____

Fundamento: _____

(dispositivo legal em que se fundamenta a licitação, dispensa ou inexigibilidade)